

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.108, DE 2004

“Estabelece alternativas para cumprimento do disposto no art. 7º da Constituição Federal.”

Autor: Deputado PAES LANDIM

Relator: Deputado EDGAR MOURY

I - RELATÓRIO

A presente proposta estabelece que “Empregadores e empregados poderão contratar formas, épocas e prazos alternativos para cumprimento do disposto no art. 7º da Constituição Federal”, mediante acordo (individual ou coletivo) ou convenção coletiva.

O Ilustre Signatário assim justifica a medida: “Sem retirar os direitos do trabalhador estabelecidos na Constituição Federal, é preciso possibilitar às partes, devidamente assistidas ou representadas, criar formas alternativas para sua satisfação, de modo a atender as peculiaridades de cada região, época ou atividade.”

Esgotado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto sob nossa atual responsabilidade foi, anteriormente, submetido à relatoria do ilustre Deputado Eduardo Valverde, que apresentou, com a acuidade exigida para o caso, o seguinte voto:

“A matéria não merece prosperar, a exemplo de outras proposições que, com esse mesmo objetivo, foram rejeitadas e definitivamente arquivadas em legislaturas passadas.

Ao contrário do declarado em sua ementa, o projeto não estabelece qualquer alternativa para cumprimento do disposto no Art. 7º da Constituição Federal, mas objetiva que os acordos – individuais ou coletivos – prevaleçam sobre aqueles direitos assegurados no texto constitucional. Nesse sentido, a medida ou é completamente desnecessária ou não tem qualquer respaldo jurídico-constitucional. Vejamos:

*‘**Sem retirar os direitos** do trabalhador estabelecidos na Constituição Federal’, para repetir as palavras do Ilustre Signatário da proposta, **já é lícito** às partes acordar e estabelecer outras cláusulas contratuais: as disposições constitucionais e as contidas na legislação ordinária são **direitos mínimos** assegurados ao trabalhador. Trata-se de princípio próprio do Direito do Trabalho, que restou declarado no caput do Art. 7º da Constituição de 1988, literalmente:*

*‘Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, **além de outros** que visem à melhoria de sua condição social’ (negritamos).*

A necessidade de proteção mínima ao trabalhador dá-se em virtude do inegável desequilíbrio de forças entre trabalho X capital. Afinal, mesmo com toda evolução do Direito do Trabalho, a mão-de-obra escrava ainda é uma dura realidade, inclusive em nosso país, em nosso Brasil de muitos brasis, ainda cheio de desigualdades e injustiças socioeconômicas, onde nem vivemos uma franca liberdade sindical e ainda contamos em uma única mão os sindicatos fortes.

Assim, pelas disposições atuais, se os acordos e

convenções coletivas já prevalecem sobre as leis (exceto se prejudiciais ao empregado), então o Projeto só pode ser interpretado como autorizativo de contratos, acordos e convenções desfavoráveis aos trabalhadores, condição que afronta nossos ordenamentos jurídicos, incluindo o texto constitucional.

*Por outro lado, o Projeto exige que os acordos escritos sejam submetidos à homologação estatal ou sindical (o que também é questionável ante o princípio da liberdade sindical) quando, pelas disposições atuais, são válidos até mesmo os acordos tácitos. Ora, é inconsistente, tecnicamente, reconhecer validade jurídica ao informal e exigir maior burocracia ao que já é formal, a não ser que a intenção do Projeto seja **validar todo e qualquer tipo de acordo individual**, desde que seja escrito, esvaziando a negociação coletiva. Nesse caso, mais uma vez, a Constituição está sendo desrespeitada. O legislador constituinte foi cauteloso com **certos direitos** que **somente podem ser negociados coletivamente, dado o caráter de ordem pública** (como a questão das horas extras habituais e excedentes de duas diárias) e, com isso, prestigiou o movimento sindical, fomentando a possibilidade de negociação coletiva. Esse o espírito jurídico que deve ser mantido, respeitando-se o texto constitucional.”*

Estamos de acordo com o Nobre Colega, cuja manifestação não chegou a ser votada nesta Comissão.

De fato, a ementa do Projeto declara que “Estabelece alternativas para cumprimento do disposto no art. 7º da Constituição Federal”, mas o único artigo ora proposto é mera autorização genérica para acordo ou convenção coletiva, o que é inócuo perante nosso atual sistema jurídico, que não os proíbe.

Na verdade, quando o Projeto declara que “estabelece alternativas” quer significar que “*autoriza* alternativas” ou melhor, *autoriza* as partes estabelecerem *direitos alternativos* em substituição aos assegurados pelo Art. 7º da Constituição Federal. Ora, o texto constitucional *garante* direitos

mínimos ao trabalhador, o que significa que as partes ou a legislação ordinária podem estabelecer um *plus*, adicionar outros direitos àqueles já assegurados, mas não uma *alternativa substitutiva*.

Assim, não há campo para a discussão de “alternativas para cumprimento” do Art. 7º da Constituição. Trata-se, pois, de efetiva alteração do texto constitucional, perseguida de forma subliminar, por meio de legislação ordinária. Todavia a lei ordinária não pode substituir-se à vontade do legislador constituinte ou, dito de outra forma, o texto constitucional não pode ser modificado por lei ordinária. Até mesmo por meio de Proposta de Emenda Constitucional, a alteração supressiva daqueles direitos seria questionável em face da discussão de o elenco do Art. 7º representar, ou não, “cláusula pétrea”, nos termos inciso IV, do § 4º, do Art. 60, da Constituição Federal, que assim dispõe:

“Art. 60

 § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

 IV – os direitos e garantias individuais.”

Pelo exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.108/2004.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado EDGAR MOURY
 Relator